

CERTIFICADO

AUTORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL Nº: 041/2025

O Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM –, no uso de suas atribuições, e com base no artigo 14, inciso I, da Lei nº Estadual 21.972, de 21 de janeiro de 2016, e nos termos do artigo 29 do Decreto Estadual nº 46.953, de 23 de fevereiro de 2016, concede à empresa abaixo relacionada a **AUTORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL** em conformidade com normas ambientais vigentes. Certificado emitido eletronicamente.

| NÚMERO DO PROCESSO DE AIA | NÚMERO DO PROCESSO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL | NÚMERO DO CERTIFICADO DE LICENÇA | UNIDADE DO SISEMA RESPONSÁVEL PELA ANÁLISE |
|---|---|--|--|
| 1370.01.0036290/2023-37 e 1370.01.0036311/2023-52 | PA SLA Nº 66/2024 | (LAC2) LOC Nº 66 | Unidade Regional de Regularização Ambiental da URA - Triângulo Mineiro |
| 1. IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR | | | |
| Nome: Suzana Tiemi Muraoka, Silvio Ossamu Muraoka, Horácio Takeo Muraoka, Leticia Terumi Muraoka Bueno, Ricardo Yoshio Muraoka, M5 Agropecuária Ltda, M7 Agropecuária Ltda | | CPF/CNPJ: 011.874.946-31, 048.154.116-03, 044.553.809-06, 063.313.106-73, 054.626.526-07, 14.559.347/0001-83; 17.587.513/0001-43 | |
| Endereço: Rodovia BR 354 Fazenda São Jose da Lagoa I | | Complemento: -- | Bairro: Zona Rural |
| Município: Rio Paranaíba | UF: MG | CEP: 38810-000 | |
| 2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL | | | |
| Nome: | | CPF/CNPJ: | |
| Endereço: | | Complemento: | Bairro: |
| Município: | UF: | CEP: | |
| 3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL | | | |
| Denominações: Fazenda Batalha do Bartolomeu Altar e Borginho lugar lote 12/Lugar lote 13/Lugar lote 32/Lugar lote 27/Fazenda Bravos/Fazenda Campo Grande | | Áreas Total (ha): 2.519,8906 ha | |
| Registro nº: Matrícula 35.867 Livro: 02 Folha: - Comarca: Paracatu/MG Matrícula 11.176; Matrícula 35.867, Cartório Paracatu/MG e Matrícula 7.463, CRI de Vazante/MG; Matrícula 11.456, CRI de Vazante/MG; Matrículas 13.307, 13.177 e 13.237, CRI de Vazante/MG; | | Área Total RL (ha): ha | |
| Município/Distrito: Guarda-Mor e Paracatu | UF: MG | INCRA (CCIR): -- | |
| Coordenada Plana (UTM): DATUM: WGS84 | | LAT: 17°31'06.93" S LAT: 17°31'06.74" S LAT: 17°37'29.81" S | LONG: 47°08'41.85" W LONG: 47°08'38.53" W LONG: 47°15'51.22" W |

Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR): MG-3147006-EC87.A789.12DD.45C9.9CFD.1E9A.5229.20FE; MG-3128600-112C.1AE1.438B.4683.8A38.3F1C.C2DF.A518; MG-3128600-EF25.54B9.A264.4FD9.983B.8BCD.7484.3F0B; MG-3128600-EF25.54B9.A264.4FD9.983B.8BCD.7484.3F0B; MG-3128600- 5829.32D4.8FD2.4172.9FB1.E09D.E043.F0C8; MG-3147006- EC87.A789.12DD.45C9.9CFD.1E9A.5229.20FE; MG-3128600-1DA7.C3D1.957A.445F.93E1.7162.F114.05B5

| 4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL AUTORIZADA | | | 5. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA | | |
|--|--------------------|----|-----------------------------------|------------------|-----------|
| Tipo de Intervenção | Quantidade | Un | Uso a ser dado à área | Especificação | Área (ha) |
| Intervenção COM supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente – APP | 0,1805 + 0,2164 | ha | Outros | captação de água | 1,1928 ha |
| Intervenção SEM supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente – APP | 0,0477 | ha | | | |
| Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo | 0,7484 | ha | | | |
| Total: | 1,1928 | ha | Total: | | 1,1928 ha |

| 6. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA(S) ÁREA(S) AUTORIZADA (S) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL | | | | |
|---|-----------|---|------------------------------------|-----------|
| Bioma/Transição entre Biomas | Área (ha) | Fisionomia/Transição | Estágio Sucessional, quando couber | Área (ha) |
| Cerrado | 1,1928 ha | Cerrado Stricto sensu, Campo limpo e campo sujo e mata paludosa | | 1,1928 ha |
| Total: | 1,1928 ha | | Total: | 1,1928 ha |

| 7. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO | | | |
|--|---------------|------------|---------|
| Produto/Subproduto | Especificação | Quantidade | Unidade |
| -- | -- | --- | -- |

| 8. RESPONSÁVEL (is) PELO PARECER TÉCNICO (nome e MASP) E DATA DA VISTORIA | |
|---|--|
| Ana Cláudia de Paula Dias - Gestor Ambiental _____ Masp nº 1.225.711-9 | |
| Mariane Mendes Macedo – Gestor Ambiental _____ Masp nº 1.325.259-8 | |
| De acordo: Rodrigo Angelis Alvarez – Coordenador Regional de Análise Técnica _____ Masp nº 1.198.078-6 | |
| De acordo: Paulo Rogério da Silva – Coordenador Regional de Controle Processual _____ Masp nº 1.495.728-6 | |
| Data da Vistoria remota: 10/09/2024 | |

| 9. VALIDADE | |
|------------------------------|---|
| Data de Emissão: 26/02/2025 | Observações: ESTE DOCUMENTO SÓ É VÁLIDO QUANDO ACOMPANHADO DO CERTIFICADO DE LICENÇA AMBIENTAL E DA PLANTA TOPOGRÁFICA OU CROQUI DA PROPRIEDADE CONTENDO A LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO, DA RESERVA LEGAL E APP”. |
| Data de Validade: 26/02/2030 | |

| 10. MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS FLORESTAIS (se necessário utilizar folha anexa) |
|--|
| <u>Medidas Compensatórias:</u> Compensação por intervenção em áreas de preservação permanentes – Resolução Conama nº 369/2006; Para as intervenções ambientais requeridas, descritas no item 3.8.2 deste parecer, foram apresentados Projetos Técnicos de Reconstituição da Flora – PTRF, conforme descrição a seguir: |

- Referente ao Processo SEI nº 1370.01.0036290/2023-37 (07/08/2023) e SINAFLO 22114416, a Proposta Técnica Mitigadora e Compensatória propõe o cumprimento do PTRF apresentado em atendimento ao item nº 04 do Termo de Ajustamento de conduta nº 008/2020 para a área de 8,3981 ha - revegetação dentro do empreendimento, com plantio de mudas arbóreas e medidas de manutenção da área plantada-; não restando mais nenhuma outra área de preservação permanente apta para a execução de reflorestamento, conforme informado. Vale salientar que não haverá supressão de espécies arbóreas com rendimento lenhoso significativo e para a alteração da paisagem são propostas medidas mitigadoras, tais como: respeito aos limites de projeção das vias de acesso/tubulação, manutenção das vias de acesso e velocidade de água pluvial para controle de processos erosivos, manutenção dos equipamentos de captação e condução de água (evitar vazamentos);

- Referente ao Processo SEI nº 1370.01.0036311/2023-52 (07/08/2024) e SINAFLO 23116218 e 23116217, a Proposta Técnica Mitigadora e Compensatória propõe o cumprimento do PTRF apresentado em atendimento ao item nº 04 do Termo de Ajustamento de conduta nº 008/2020 para a área de 5,5722 ha - revegetação dentro do empreendimento, com plantio de mudas arbóreas e medidas de manutenção da área plantada-; visto que esse contempla todas as faixas de preservação permanente existentes no imóvel, conforme informado. Vale salientar que não haverá supressão de espécies arbóreas e para a alteração da paisagem são propostas medidas mitigadoras, tais como: manejo do solo e emprego de bolsões no entorno da via de acesso, com desvio de águas pluviais, a fim de evitar processos erosivos.

Compensação ambiental prevista na Lei do SNUC – Lei Federal nº. 9.985/2000

Para o empreendimento ora em análise, deverá incidir a compensação ambiental prevista no artigo 36 da Lei nº 9.985/2000. Esta consiste na obrigação imposta ao empreendedor, nos casos de atividade de significativo impacto ambiental, de apoiar a implantação e manutenção de unidades de conservação da natureza integrantes do grupo de proteção integral.

A compensação ambiental possui caráter nitidamente econômico. A lei, ao determinar a fixação do percentual da compensação de acordo com o grau de impacto ambiental causado pelo empreendimento (artigo 36, §1º), acaba por inserir a variante ambiente no planejamento econômico do empreendimento potencialmente poluidor. No entanto, a cobrança da compensação ambiental fundamenta-se no estudo prévio de impacto ambiental e seu respectivo relatório – EIA/RIMA.

Cumprir definir, portanto, quais são os significativos impactos ambientais identificados no EIA, que ensejam a cobrança da compensação. O Decreto Estadual 45.175/2009, que estabelece metodologia de gradação de impactos ambientais e procedimentos para fixação e aplicação da compensação ambiental, apresenta em seu Anexo Único, os indicadores ambientais para o cálculo da relevância dos significativos impactos ambientais, quais sejam:

-Interferência em áreas de ocorrência de espécies ameaçadas de extinção, raras, endêmicas, novas e vulneráveis e/ou em áreas de reprodução, de pousio e de rotas migratórias.

- Introdução ou facilitação de espécies alóctones (invasoras).

- Interferência /supressão de vegetação, acarretando fragmentação

- Interferência em cavernas, abrigos ou fenômenos cársticos e sítios paleontológicos

- Interferência em unidades de conservação de proteção integral, sua zona de amortecimento, observada a legislação aplicável

- Interferência em áreas prioritárias para a conservação, conforme “Biodiversidade em Minas Gerais - Um Atlas para sua Conservação”

- Interferência em áreas prioritárias para a conservação, conforme “Biodiversidade em Minas Gerais - Um Atlas para sua Conservação”

- Alteração da qualidade físico-química da água, do solo ou do ar

- Rebaixamento ou soerguimento de aquíferos ou águas superficiais

- Transformação ambiente lótico em lântico

- Interferência em paisagens notáveis

- Emissão de gases que contribuem efeito estufa

- Aumento da erodibilidade do solo
- Emissão de sons e ruídos residuais

Levando-se em consideração que os itens negritados são considerados como de significativo impacto ambiental na área destinada ao empreendimento e diante das conclusões aferidas do EIA, será condicionada a aplicação da compensação ambiental disposta na Lei nº 9.985/2000.

11. OBSERVAÇÃO:

Decisão do processo pautado na 97ª RO da CAP, de 26/02/2025. **Licença de Operação Corretiva:** Suzana Tiemi Muraoka/Fazenda Batalha do Bartolomeu Altar e Borginho lugar lote 12/Lugar lote 13 /Lugar lote 32/ Lugar lote 27/Fazenda Bravos/Fazenda Campo Grande - Horticultura (floricultura, olericultura, fruticultura anual, viveiricultura e cultura de ervas medicinais e aromáticas); Culturas anuais, semiperenes e perenes e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura; Beneficiamento primário de produtos agrícolas: limpeza, lavagem, secagem, despulpamento, descascamento, classificação e/ou tratamento de sementes; Usina solar fotovoltaica; Barragem de irrigação ou de perenização para agricultura - Guarda-Mor/MG - PA/SLA/Nº 66/2024 - Classe 4 (Conforme Lei nº 21.972/2016 art. 14, inc. III, alínea b). **CONCEDIDA COM CONDICIONANTES, VALIDADE 06 (SEIS) ANOS . Aprovada a alteração da condicionante nº 10, que passa a vigorar com a seguinte redação: “Apresentar relatório fotográfico comprovando o tamponamento e desativação do canal de drenagem existente na Fazenda Lote 27, com a seguinte localização geográfica: ponto inicial - 17°35'29.58” S. e 47°11'8.53” W., ponto final: 17°35'27.75” S. e 47°11'4.00” W. (comprimento de 1.433,00 m) e ponto inicial: 17°35'25.39” S. e 47°11'1.60” W. e ponto final: 17°34'53.73” S. e 47°10'40.02” W., conforme mencionado no item 3.2 deste parecer. Prazo: 180 dias”.**

Uberlândia, 27 de fevereiro de 2025.

Esta autorização não dispensa nem substitui a obtenção, pelo requerente, de certidões, alvarás, licenças ou autorizações, de qualquer natureza, exigidos pela legislação Federal, Estadual ou Municipal.



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Neto de Avila, Chefe Regional**, em 19/09/2025, às 14:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **122801713** e o código CRC **CF497988**.